



CONTRATO DE RATEIO

Pelo presente instrumento, firmam o Contrato de Rateio que entre si ajustam o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE IGUAÇU – CISI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 00.879.976/0001-86, com sede ao Prolongamento da Rua Iguaçu, s/n, Bairro Nazaré, na cidade de Medianeira, Paraná, neste ato representado pelo seu Presidente Adilto Luis Ferrari, doravante denominado **CONSÓRCIO** e o **MUNICÍPIO DE RAMILÂNDIA**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n.º 95.725.024/0001-14, com sede à Rua Av. Voluntários da Pátria, 711, centro, na cidade de Ramilândia, Paraná, neste ato representado por seu Prefeito Municipal e responsável pela Secretaria Municipal de Saúde, o Sr. Ubaldo de Barros e Secretário de Finanças, Sr. Ardir Gubert, doravante designado apenas **CONSORCIADO**, contrato fundamentado na Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, regulamentada pelo Decreto n.º 6.017, de 17 de janeiro de 2007, nos termos das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente Contrato de Rateio tem como objeto estabelecer obrigações e normas para repasse de recursos financeiros ao **CONSÓRCIO** por parte do **CONSORCIADO**, decorrente da prestação dos serviços em saúde pública especializados de média complexidade ambulatorial e hospitalar e de alta complexidade ambulatorial, despesas de administração e planejamento.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS OBRIGAÇÕES

O **CONSORCIADO**, isolado ou em conjunto, bem como o **CONSÓRCIO**, são partes legítimas para exigir o cumprimento das obrigações previstas neste contrato de rateio.

Parágrafo primeiro - São obrigações do **CONSÓRCIO**:

- I – Zelar, prezar e garantir a observância das regras contidas no estatuto do **CONSÓRCIO**;
- II – Efetuar distribuição dos números de vagas, (quando as vagas forem limitadas) entre os municípios consorciados, para as consultas, exames e procedimentos realizados na sede e externos a sede do **CONSÓRCIO**, de forma per capita baseada no número de habitantes - IBGE, garantindo o percentual pertencente a este **CONSORCIADO**;
- III – Orientar e disciplinar os encaminhamentos, para atendimentos especializados em saúde, pelo **CONSORCIADO** aos prestadores de serviços, na sede e exterior a ela.
- IV - Administrar e garantir a qualidade nos atendimentos dos usuários pelos profissionais nas empresas credenciadas na sede e externo a sede do **CONSÓRCIO**;
- V – Encaminhar mensalmente ao **CONSORCIADO**, relatórios e demonstrativos dos respectivos valores gastos para o imediato ressarcimento financeiro ao **CONSÓRCIO**;
- VI – Efetuar o pagamento dos prestadores credenciados, respeitando o disposto no contrato de prestação de serviços;
- VII – Manter o **CONSORCIADO** informado de qualquer mudança administrativa.

Parágrafo Segundo - São obrigações do **CONSORCIADO**

- I – Respeitar e prezar pelo bom andamento das atividades do **CONSÓRCIO**;
- II – Contribuir com o percentual de **5,00% (cinco por cento)** correspondente ao município **CONSORCIADO**, conforme pactuado em Assembleia Geral realizada no dia 20 de novembro de 2014 referente às despesas administrativas do **CONSÓRCIO**;
- III - Repassar mensalmente ao **CONSÓRCIO**, os respectivos valores gastos devidamente informados no relatório entregue ao **CONSORCIADO**;
- IV - Cumprir com as normativas estabelecidas pelo **CONSÓRCIO** no que se refere ao controle e regulação nos atendimentos, na sede ou exterior a ela;


Ardir Gubert
Secretário Mun. de Finanças
Port. nº 914/2015
CPF 178.870.419-68


Ubaldo de Barros
Prefeito Municipal



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE IGUAÇU

Prolongamento da Rua Iguaçu, s/n, Bairro Nazaré,

Medianeira – Paraná – 85884-000

(45)3264-5062

V – Executar, acompanhar e controlar os gastos de acordo com o orçamento destinado ao **CONSÓRCIO**;

VI – Repassar ao **CONSÓRCIO** as informações que lhes forem solicitadas, por escrito, num prazo máximo de 48 horas;

VII – Comparecer às assembleias, reuniões e capacitações, sempre que for solicitado pelo **CONSÓRCIO**.

VIII – Buscar junto aos Governos Federal e Estadual, novos subsídios para o crescimento e ampliação dos serviços prestados pelo **CONSÓRCIO**.

IX – Deve o município **CONSORCIADO** priorizar seu atendimento em especialidades ao **CONSÓRCIO**, nos serviços disponibilizados.

X – Auxiliar na elaboração da Tabela de Preços Públicos do Consórcio em benefício dos Municípios **CONSORCIADOS**;

PARÁGRAFO ÚNICO - O presente contrato de rateio deverá ser assinado, em conjunto, pelo prefeito, pelo secretário de saúde, pelo secretário de finanças.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução do presente contrato de rateio correrão por conta das dotações orçamentárias constantes nos Anexos I, de acordo com o orçamento do **CONSORCIADO**, vigente para o exercício financeiro de 2017 definido pela Lei Orçamentária Anual - LOA, o qual deverá suportar o pagamento das obrigações contratadas, sob pena de constituir ato de improbidade administrativa.

PARÁGRAFO ÚNICO – Caso no decorrer no exercício, o **CONSORCIADO** efetuar a alteração orçamentária destinada ao **CONSÓRCIO**, deverá ser comunicado ao mesmo com antecedência mínima de 30 dias.

CLÁUSULA QUARTA: DOS RECURSOS

Para custeio das despesas realizadas durante o exercício financeiro de 2017, os recursos orçamentários serão provenientes do **CONSORCIADO**, conforme especificado no Anexo I, do orçamento da entidade para dar suporte aos repasses para o **CONSÓRCIO** até o montante de **R\$ 179.579,52 (cento e setenta e nove mil, quinhentos e setenta e nove reais e cinquenta e dois centavos)** e dos programas e convênios fixados em dotação orçamentária específica do **CONSÓRCIO** conforme Anexo II.

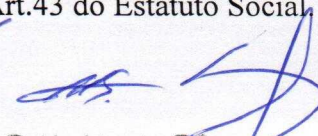
PARÁGRAFO PRIMEIRO - É vedada a aplicação de recurso entregue por meio de contrato de rateio, inclusive os oriundos de transferências ou operações de crédito, para o atendimento de despesas classificadas como genéricas, ou seja, aquela em que a execução orçamentária se faz com modalidade de aplicação indefinida.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Não são consideradas como genérica as despesas de administração e planejamento, desde que previamente classificadas por meio de aplicação das normas de contabilidade pública.

CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO

O **CONSÓRCIO** fornecerá até o dia 30 (trinta) de cada mês as informações financeiras necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do **CONSORCIADO**, todas as receitas e despesas realizadas, de forma a que possam ser contabilizadas e pagas impreterivelmente até o dia 15 (quinze) do mês seguinte, conforme os elementos econômicos, atividades e projetos atendidos, sob pena de suspensão dos serviços oferecidos até a regularização integral das despesas após 30 (trinta) dias de atraso conforme previsão no Art.43 do Estatuto Social.


Ardir Gubert
Secretário Mun. de Finanças
Port. nº 914/2015
176.829.919-68


Ubaldo de Barros
Prefeito Municipal
RG 1.636.591



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE IGUAÇU

Prolongamento da Rua Iguaçu, s/n, Bairro Nazaré,

Medianeira – Paraná – 85884-000

(45)3264-5062

PARÁGRAFO PRIMEIRO – As receitas e despesas contabilizadas no mês de Dezembro do respectivo ano serão repassadas pelo **CONSÓRCIO** ao **CONSORCIADO** até o dia 20 (vinte) do mês, e deverão ser pagas pelo **CONSORCIADO** até o último dia útil do referido ano para que possam ser computadas naquele exercício financeiro, sob pena de responsabilidade específica para o gestor do **CONSORCIADO** inadimplente, arcando também com as penas cominadas nos parágrafos seguintes.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A suspensão da prestação dos serviços será comunicada pelo Consórcio, via ofício, endereçado ao Secretário de Saúde e ao Prefeito do Município, para conhecimento e regularização do pagamento dos valores devidos.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Caso haja restrição na realização de despesas, de empenhos ou de movimentação financeira, ou qualquer outra derivada das normas de direito financeiro, o **CONSORCIADO** deverá informar ao **CONSÓRCIO**, mediante notificação assinada pelo prefeito, apontando as medidas que tomou para regularizar a situação, de modo a garantir a contribuição prevista no contrato de rateio.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O **CONSÓRCIO** poderá adotar medidas para adaptar a execução orçamentária e financeira aos novos limites, de acordo com os serviços oferecidos, em caso de eventual impossibilidade do **CONSORCIADO** cumprir obrigação orçamentária e financeira estabelecida em contrato de rateio.

CLÁUSULA SEXTA: DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato de rateio será de **01 de janeiro a 31 de dezembro de 2017** e não será superior ao de vigência das dotações que o suportam, com exceção dos que tenham por objeto exclusivamente projetos consistentes em programas e ações contemplados em Plano de Ação Conjunta de Interesse Comum – **PLACIC**.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Medianeira, Paraná, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões decorrentes do presente.


E por se acharem justos e acordados, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Medianeira, 10 de novembro de 2016.


CONSÓRCIO
Presidente

CONSORCIADO


Prefeito
Ubaldo de Barros
Prefeito Municipal
RG 1.636.591


**Secretário Municipal
de Finanças**
Ardir Gubert
Secretário Mun. de Finanças
Secret. n.º 914/2015
CPF n.º 829.919-68



ANEXO I

RECURSOS MUNICÍPIOS

| ELEMENTO | TITULO | ORÇAMENTO GERAL | PERCENTUAL RAMILÂNDIA 5% |
|------------------------------|------------------------------------|---------------------|--------------------------|
| 3190 | Pessoal e Encargos Sociais | 469.915,00 | 23.495,75 |
| 319011 | Venc. e vantagens fixas | 359.915,00 | 17.995,75 |
| 919013 | Obrigações Patronais | 110.000,00 | 5.500,00 |
| 3390 | Outras Despesas Correntes | 550.085,00 | 27.504,25 |
| 339014 | Diárias | 25.000,00 | 1.250,00 |
| 339030 | Material de Consumo | 121.985,00 | 6.099,25 |
| 339032 | Material, bem ou serviço distr. | 10.000,00 | 500,00 |
| 339033 | Passagens e despesas | 20.000,00 | 1.000,00 |
| 339036 | Outros Serviços de terceiros PF | 10.000,00 | 500,00 |
| 339039 | Outros Serviços de terceiros PJ | 356.010,00 | 17.800,00 |
| 339047 | Obrigações Tributárias | 7.090,00 | 354,50 |
| 4490 | Investimentos | 40.000,00 | 2.000,00 |
| 449052 | Equipamentos e Material Permanente | 40.000,00 | 2.000,00 |
| 0,30% | Reserva de Contingência | 17.867,03 | 893,35 |
| TOTAL ADMINISTRATIVO | | 1.077.867,03 | 53.893,35 |
| 339050 | Serviços Médicos | 3.739.293,24 | 125.686,17 |
| TOTAL ORÇAMENTO LIVRE | | 4.817.160,27 | 179.579,52 |

ANEXO II


RECURSOS DE PROGRAMAS E CONVÊNIOS

| | CREDITOS | PERCENTUAL |
|---------------------------------|--------------|------------|
| Rendimento Aplicação Financeira | 4.827,45 | 241,37 |
| Repasso Convênio COMSUS | 496.923,59 | 24.846,18 |
| Contratualização BPA | 1.133.688,69 | 56.684,44 |

TOTAL ORÇAMENTO MUNICÍPIO

| | ORÇAMENTO | PERCENTUAL |
|--------------------|---------------------|-------------------|
| VALOR TOTAL | 6.452.600,00 | 261.351,51 |


Ardir Gubert
Secretário Mun. de Finanças
Port. nº 914/2015
CPF 176.829.919-68


Ubaldo de Barros
Prefeito Municipal
RG 1.636.591